

Os valores monetários estão expressos em milhares de reais, salvo quando indicado de outra forma

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

No exercício de 2021, a MGI foi exitosa em sua estratégia de atuar ativamente na desmobilização de ativos do Estado de Minas Gerais, por meio da alienação de imóveis da administração pública estadual direta e indireta. Os valores das alienações de imóveis do Estado realizadas pela atual gestão da MGI, de 2019 a 2021, já superam em 514% as realizadas de 2015 a 2018, e em 5% o total de 2010 a 2018. No exercício de 2021, a MGI alcançou seu recorde histórico de alienações em um exercício, considerando sua atuação nesta atividade desde 2005.

Os expressivos resultados, em um cenário em que a economia ainda sofre os impactos da pandemia causada pela COVID-19, são fruto do empenho e dedicação dos empregados e colaboradores da Companhia, aliados à forte sinergia entre a MGI e o seu principal cliente, a Secretaria de Estado de Fazenda. Adicionalmente, a MGI segue expandindo a sua atuação com a celebração de novos contratos, com a Codemge em fevereiro/2021 e com o DER em agosto/2021, além de outras negociações em andamento com órgãos e entidades da administração pública estadual.

Em relação à carteira de Direitos de Crédito Autônomos, cuja arrecadação passava por sucessivas reduções em razão do aumento da inadimplência, que foi potencializado pela pandemia, houve uma recuperação muito expressiva no exercício de 2021, em razão do REFIS ICMS 2021, programa lançado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto nº 48.195, de 25 de maio de 2021, que dispõe sobre o pagamento, com reduções e condições especiais, de crédito tributário relativo ao ICMS.

Tocante aos ativos e passivos atrelados ao mercado de capitais, os impactos da pandemia também reduziram significativamente, uma vez que os índices da Bolsa de Valores já se recuperaram consideravelmente, embora ainda ocorram significativas oscilações, não apenas pelo cenário da pandemia, como de outros fatores conjunturais. No encerramento deste exercício, observou-se a desvalorização das ações CMIG4, o que gera um impacto negativo sobre os investimentos em participações societárias, mas positivo no que tange ao valor justo das opções flexíveis de compra e de venda.

Foram fatores relevantes para o lucro líquido auferido no período a distribuição de proventos pela investida CEMIG, em montante significativamente superior ao distribuído nos últimos anos e a reversão de perda na recuperação de direitos creditórios. Destaque-se que a distribuição de proventos pela investida CEMIG é uma variável de grande relevância para a Companhia, uma vez que essa receita constitui a principal fonte de recursos para pagamento de juros e amortizações da quinta emissão de debêntures.

No aspecto operacional, a MGI completou quase dois anos de execução de atividades preponderantemente por meio do teletrabalho, como forma de proteger a saúde de seus empregados e colaboradores e manter suas operações em pleno funcionamento. A dedicação e empenho de seus empregados e colaboradores tem sido fator primordial para a continuidade operacional. Adicionalmente, vale destacar um grande amadurecimento da gestão orientada para resultados, uma vez que o tradicional controle de ponto deu lugar a modernos mecanismos de controle de produtividade.

Buscando sempre evoluir nas boas práticas de governança corporativa, a Companhia reorganizou sua estrutura organizacional no início do ano de 2021, tendo como destaque a reformulação da instância responsável pela integridade e gestão de riscos, com a criação de um núcleo dedicado exclusivamente à matéria, a fim de aumentar a efetividade e a independência.

Diante de todas as variáveis que afetam o desempenho da Companhia, a Administração considera muito relevantes os resultados obtidos, destacando os recordes alcançados na venda de imóveis apesar de diversos fatores externos desfavoráveis. A evolução dos resultados alcançados na venda de imóveis demonstra a importância estratégica da MGI para o Estado de Minas Gerais.

2. IMPACTOS DA COVID-19

A COVID-19 causou e vem causando impactos na economia, diante da situação de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual reforçou a necessidade de implementação de medidas de distanciamento social que impactam negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando o fechamento de lojas e instalações. Com isso, houve uma piora do cenário econômico com a redução da atividade econômica em todo o país, afetando as empresas e, conseqüentemente, a Bolsa de Valores, em que pese a sua atual retomada.

Impacto nas Opções

A propagação do COVID-19 impactou a MGI tocante às suas ações preferenciais de emissão da CEMIG (“CMIG4”), bem como opções flexíveis de compra e venda sobre ações CMIG4 listadas na B3, e que afetam o Índice de Cobertura utilizado para cálculo da suficiência das garantias das debêntures da 5ª emissão.

Na Bolsa de Valores já houve a recuperação de seu índice em relação ao início da pandemia, ainda que ocorram grandes oscilações à medida em que saem notícias sobre os impactos do COVID-19 na economia mundial, a retomada do crescimento econômico e o progresso da vacinação. O Ibovespa, principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3, apresentou a mínima de 63.569,92 pontos em março de 2020 enquanto no mês de junho fechou aos 95.055,82 pontos, e setembro aos 94.603,38 pontos, encerrando o ano de 2020 aos 119.017,24 pontos mostrando uma forte recuperação. Em 2021, o primeiro trimestre fechou aos 116.633,72 pontos, o segundo aos 126.801,66 pontos, o terceiro trimestre aos 110.979,10 pontos, encerrando o ano de 2021 aos 104.822,44 pontos, representando baixas de 5,54% comparado ao último trimestre e 11,93% comparado ao mesmo período do ano anterior.

O comportamento da ação da CEMIG mostra que, normalmente, existe uma correlação positiva com o Ibovespa. Em dezembro de 2021, ambos tiveram redução em seus valores comparados com o trimestre anterior e com o valor apresentado em dezembro de 2020.

	Cotação CEMIG (CMIG4)	Opções de Compra	Opções de Venda	Diferença das Opções
31/12/2019	13,79	417.763	31.469	386.294
31/03/2020	8,91	180.960	57.841	123.119
30/06/2020	11,02	324.596	42.380	282.216
30/09/2020	10,1	256.851	43.135	213.715
31/12/2020	14,56	483.037	25.857	457.180
31/03/2021	13,03	399.985	20.007	379.978
30/06/2021	12,13	372.413	20.385	352.028
30/09/2021	14,03	530.981	9.409	521.572
31/12/2021	13,11	471.221	9.729	491.492

Conforme demonstrado na tabela acima, no final de 2020, a ação recuperou o valor que havia alcançado antes da COVID-19, com uma alta de R\$0,77, isto é, 5,58% do seu valor de mercado. No final de 2021, houve desvalorização das ações de 6,56% em relação ao trimestre passado e 9,96% comparado a dezembro de 2020. Observa-se que a cotação de dezembro de 2021 se encontra abaixo do valor apresentado em dezembro de 2019, antes do início da pandemia.

	31/12/2019	31/03/2020	30/06/2020	30/09/2020	31/12/2020	31/03/2021	30/06/2021	30/09/2021	31/12/2021
Cotação da CEMIG	13,79	8,91	11,02	10,10	14,56	13,03	12,13	14,03	13,11
Opções de Compra	417.763	180.960	324.596	256.851	483.036	399.985	372.413	530.981	471.221
Opções de Venda	31.469	57.841	42.380	43.135	25.857	20.007	20.385	9.409	9.729
Diferença das Opções	386.294	123.119	282.216	213.715	457.179	379.978	352.028	521.572	461.492

O cenário de queda na cotação no último trimestre do exercício de 2021 ocasionou uma redução do valor das opções de compra no montante de R\$59.760 ou 11,25% de desvalorização em relação ao trimestre anterior. Estas opções são um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício (R\$8,35), a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em relação as opções de venda, houve um aumento de R\$320, ou seja, 3,4% de valorização no quarto trimestre de 2021 quando comparado ao trimestre anterior. Estas opções são um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício (R\$4,09), a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em resumo, pode-se inferir que a desvalorização das ações CMIG4 reduz o valor das opções de compra, que são um passivo, e aumenta o valor das opções de venda, que são um ativo, demonstrando que foi positivo para a empresa. Por outro lado, como a MGI possui cerca de 101 milhões de ações, seu patrimônio reduziu com a desvalorização das ações em relação ao trimestre anterior.

Impacto no Investimento e no Direito Creditório sobre Ações Emprestadas

Pelas variações no valor da ação já relatadas acima, a Companhia sofreu impactos significativos sobre o seu investimento em companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (CEMIG e Copasa), e sobre o valor do direito creditório sobre ações emprestadas ao Banco de Investimento Credit Suisse, no escopo das garantias da 5ª emissão de debêntures, até o mês de setembro de 2020. Porém, no final de 2020, a significativa alta na cotação levou à reversão da perda, culminando em ganho de valor justo desses investimentos. Em dezembro de 2021, observa-se redução de ambas as cotações em comparação com dezembro de 2020. Entretanto, devido à bonificação de ações da CEMIG, o aumento da quantidade de ações detidas pela MGI superou a queda da cotação da ação e, como consequência, houve aumento do patrimônio da Companhia em comparação com o exercício anterior. A seguir, segue demonstrativo destes investimentos.

	Cotação da CEMIG (R\$)	Cotação da COPASA (R\$)	Ações CEMIG emprestadas**		Ações CEMIG no patrimônio**		Ações COPASA no patrimônio*		Total (R\$ mil)
			Quantidade (Unidades)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (Unidades)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (Unidades)	Valor (R\$ mil)	
31/12/2019	13,79	67,99	86.055.995	1.186.712	1.003.787	13.842	154.640	10.515	1.211.068
31/03/2020	8,91	40,90	82.935.717	738.957	4.124.065	36.745	154.640	6.325	782.027
30/06/2020	11,02	58,23	82.935.717	913.952	4.124.065	45.447	154.640	9.005	968.404
30/09/2020	10,1	46,73	81.267.707	820.804	9.372.922	94.666	154.640	7.226	922.696
31/12/2020	14,56	16,40	83.622.140	1.217.538	7.018.490	102.189	463.920	7.609	1.327.335
31/03/2021	13,03	15,10	79.963.917	1.041.929	10.676.713	139.118	463.920	7.005	1.188.052
30/06/2021	12,13	15,49	89.157.283	1.081.478	11.904.203	144.398	463.920	7.186	1.233.062
30/09/2021	14,03	13,80	87.061.380	1.221.471	14.000.106	196.421	463.920	6.402	1.424.294
31/12/2021	13,11	12,71	87.061.380	1.141.375	14.000.106	183.541	463.920	5.896	1.330.812

*Ocorrência de desdobramento de ações da Copasa no 4º trimestre de 2020.

**Bonificação de ações da CEMIG no 2º trimestre de 2021.

Portanto, constata-se que o impacto nos investimentos e nos direitos creditórios sobre ações emprestadas apresentaram, em conjunto, um aumento de R\$119.744, equivalente a uma alta de 9,89% em 31 de dezembro de 2021, comparativamente com 31 de dezembro de 2019, e de 0,26% comparativamente com 31 de dezembro de 2020. Esse aumento patrimonial é justificado principalmente pelo aumento da quantidade de ações da CEMIG detidas pela Companhia, devido às deliberações de bonificações nos exercícios de 2020 e 2021.

Impacto na Carteira DCA

A redução da atividade econômica para o Estado de Minas Gerais é prejudicial, pois reduz a sua arrecadação tributária, impactando inclusive, na carteira de direitos de créditos autônomos (DCA) cedida à MGI.

No terceiro trimestre de 2021, assim como no segundo trimestre, houve renegociações da dívida de alguns contribuintes com o Estado de Minas Gerais, em razão do REFIS ICMS 2021, instituído pelo Decreto 48.195/2021. Como consequência, direitos creditórios que estavam classificados como rompidos migraram para a carteira ativa, aumentando o valor desta.

A tendência normal da carteira de DCA é reduzir até julho de 2022 quando se encerra a 2ª emissão das debêntures e os valores não pagos e rompidos da carteira serão utilizados como meio de pagamento das debêntures.

A variação da carteira ativa no período findo em 31 de dezembro de 2021 encontra-se apresentada a seguir:

Mês	Carteira Ativa* (R\$ mil)	Variação Mensal (R\$ mil)	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	80.044	-	-
Março/2020	74.818	(5.226)	(6,53)
Junho/2020	42.983	(31.835)	(42,55)
Setembro/2020	50.344	7.361	17,13
Dezembro/2020	52.817	2.473	4,91
Março/2021	52.577	(240)	(0,45)
Junho/2021	103.987	51.410	97,78
Setembro/2021	110.286	6.299	6,06
Dezembro/2021	92.294	(17.992)	(16,31)

*Carteira líquida

Nota-se que o segundo trimestre de 2020 foi o período mais impactado pelo COVID-19 devido à manutenção da política do isolamento social. Em dezembro de 2021, houve uma redução da carteira de DCA de R\$17.990 ou 16,31% comparado ao terceiro trimestre deste ano. Em relação ao mesmo período no ano anterior, a carteira aumentou seu valor em R\$39.479, o equivalente a 74,75% de seu valor, devido às renegociações feitas através de programas de refinanciamento do governo e a maior flexibilização do isolamento social.

A variação dos direitos creditórios rompidos no período findo em 31 de dezembro de 2021 encontra-se apresentada a seguir:

Mês	Rompidos (R\$ mil)	Variação Trimestral (R\$ mil)	Variação Trimestral (%)
Dezembro/2019	1.793.136	-	-
Março/2020	1.807.999	14.863	0,83
Junho/2020	1.853.107	45.108	2,49
Setembro/2020	1.864.366	11.259	0,61
Dezembro/2020	1.870.869	6.503	0,35
Março/2021	1.881.255	10.386	0,56
Junho/2021	1.654.110	(227.145)	(12,07)
Setembro/2021	1.607.811	(46.299)	(2,80)
Dezembro/2021	1.607.938	127	0,01

Em relação aos rompidos, a tendência é que aumentem, devido à inadimplência por parte dos contribuintes. O impacto mais significativo analisado foi no segundo trimestre de 2020 quando aumentou R\$45.108. Em dezembro de 2021, houve um aumento dos rompidos em R\$127 ou 0,01% comparado a setembro de 2021. Em relação ao mesmo período no ano anterior, os rompidos diminuíram seu valor em R\$262.931, o equivalente a 14,05% de seu valor naquele período.

A variação dos recebimentos dos direitos creditórios no período findo em 31 de dezembro de 2021 encontra-se apresentada a seguir:

Trimestre	Recebimentos* (R\$ mil)	Varição Mensal (R\$ mil)	Varição Mensal (%)
Dezembro/2019	4.348	-	-
Março/2020	4.476	128	2,94
Junho/2020	2.563	(1.913)	(42,74)
Setembro/2020	3.190	627	24,46
Dezembro/2020	3.218	28	0,88
Março/2021	2.795	(423)	(13,14)
Junho/2021	1.874	(921)	(32,95)
Setembro/2021	17.662	15.788	842,48
Dezembro/2021	37.374	19.712	111,61

*Recebimentos repassados pelo EMG e depositados na conta da MGI

Desde o início da pandemia, o quarto trimestre de 2021 foi o que apresentou melhor resultado em termos de recebimento dos direitos creditórios, devido às renegociações já explicadas, resultando em um aumento de 111,61% no recebimento de DCA, comparado ao trimestre anterior. Em relação ao mesmo período do ano anterior, o valor do crédito recebido pela MGI foi maior em R\$34.156, o equivalente a um aumento de 1.061,40%.

Neste ano de 2021, o governo do Estado de Minas Gerais flexibilizou mais as políticas de isolamento social, à medida em que os indicadores epidemiológicos melhorassem e o número de vacinações aumentasse. Esta medida permitiu mais a circulação de pessoas, bem como ampliação do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Com a vacinação já em uma fase mais avançada e com a população cada vez mais imunizada, as restrições de funcionamento dos estabelecimentos já estão diminuindo e a expectativa é de haver uma retomada da atividade econômica mais acelerada e conseqüentemente uma melhora nos recebimentos da carteira de DCA, como observado neste último trimestre.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Gestão de Ativos

Resultados da Gestão de Ativos (R\$ mil)	31/12/2021	31/12/2020	Varição (%)
Créditos em Liquidação Próprios da MGI	3.707	6.457	(43)
Imóveis Próprios da MGI	344	-	100
Imóveis Próprios da MGI advindos da EMIP	143	397	(64)
Total Ativos MGI	4.194	6.854	(39)
Créditos em Liquidação do Estado de Minas Gerais	8.076	783.408	(99)
Bens Imóveis do Estado de Minas Gerais	47.276	10.677	343
Total Ativos do Estado de Minas Gerais	55.352	794.085	(93)

Verifica-se no quadro acima que, em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação, da carteira da MGI, cedidos pelos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, a Companhia arrecadou, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$3.707, inferior em 43% ao mesmo período de 2020, quando a arrecadação totalizou R\$6.457. Em relação aos imóveis próprios da MGI, incluindo os advindos da incorporação da EMIP, houve arrecadação de R\$487 no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 23% em relação ao mesmo período de 2020, quando arrecadou R\$397.

Mediante contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua, também, na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da MINASCAIXA e da privatização dos Bancos BEMGE e CREDIREAL e na alienação de bens imóveis não de uso, pertencentes ao Estado de Minas Gerais.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, no âmbito dos contratos celebrados, a MGI repassou à SEF o montante de R\$8.076 proveniente da recuperação de créditos em liquidação. Esse valor foi inferior em 99% ao apurado no mesmo período de 2020, quando totalizou R\$783.408. Existe uma tendência de decréscimo da recuperação de créditos em razão da redução do estoque de créditos e devido ao tempo transcorrido. No exercício em referência, a redução de 99% em relação ao exercício anterior se justifica por um recebimento expressivo, em abril de 2020, de precatórios cedidos ao Estado como pagamento de um crédito.

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (há mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e a baixa liquidez de parte dos imóveis, a MGI considera relevantes os valores arrecadados na recuperação de créditos.

Em relação à venda de imóveis, no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, a MGI repassou à SEF o montante de R\$47.276, superior em 343% em comparação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizou R\$10.677. Esse aumento expressivo se deu principalmente em função das vendas expressivas realizadas na Concorrência MGI03/2021, o que se deve ao contínuo aprimoramento das estratégias de venda e à sinergia existente entre a MGI e a Secretaria de Estado de Fazenda para o alcance dos melhores resultados. Importante destacar que o valor arrecadado em 2021 representa um recorde histórico desde o início da atuação da MGI na venda de imóveis do Estado de Minas Gerais, em 2005.

Durante o ano de 2021, a MGI celebrou novos contratos para venda de imóveis, com a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE e com o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER, em fevereiro e agosto, respectivamente. Esses contratos fazem parte da estratégia de expansão da atuação da Companhia na desmobilização de ativos da administração pública direta e indireta do Estado. Em relação ao contrato com o DER, a MGI realizou a venda de um imóvel na Concorrência MGI007/2021 no valor de R\$701, cujo processo não foi concluído até o fim do exercício de 2021.

Além dos contratos celebrados com a SEF, a MGI possuía, até novembro de 2020, contrato com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”) para prestação de serviços de suporte administrativo no acompanhamento judicial das ações relacionadas aos créditos e imóveis do Estado proveniente dos bancos extintos e privatizados, contribuindo para os resultados alcançados do exercício anterior.

Os contratos de prestação de serviços geraram uma receita total de R\$ 1.216 no período em referência. Esse valor reduziu em 10% em relação ao apurado no mesmo período do exercício anterior, quando totalizou R\$ 1.352. Essa

redução deveu-se, sobretudo, à redução do escopo do contrato com a AGE a partir de maio de 2020 e sua extinção em novembro de 2020.

Direitos de Crédito Autônomos

De acordo com a posição de 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui um saldo nominal de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.700.232 (R\$1.923.685 em 31 de dezembro de 2020).

No período encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$50.682, enquanto os valores recebidos no período totalizaram R\$59.885 (R\$ 13.747 em 31 de dezembro de 2020). Embora exista uma natural tendência de queda na arrecadação em virtude da redução do saldo devedor, o aumento de 335,62% no período, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, justifica-se pela implantação do programa de refinanciamento de dívidas tributárias, REFIS ICMS 2021, criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Importante ressaltar que o saldo de parcelamentos rompidos - isto é, com parcelas inadimplidas há mais de 90 dias - sofreu uma grande queda no exercício justificado também pela implantação do REFIS ICMS do governo do Estado de Minas Gerais.

A Companhia apura trimestralmente o valor justo e o *impairment* da carteira. Considerando esses efeitos, o saldo de Direitos de Créditos Autônomos é de R\$1.070.490 na posição de 31 de dezembro de 2021 (R\$942.079 em 31 de dezembro de 2020).

O saldo da carteira de direitos de crédito autônomos, incluindo os parcelamentos rompidos, poderá ser utilizado para quitação da 2ª emissão de debêntures, em conformidade com a respectiva escritura de emissão.

Debêntures

Ainda de acordo com a posição de 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui obrigações decorrentes da segunda e quinta emissões de debêntures.

No período em análise, a Companhia registrou custos de R\$83.052 a título de juros e amortização do custo da transação das debêntures emitidas. No mesmo período do exercício anterior, esses custos totalizaram R\$62.043. Ocorreu um aumento de 33,86%, devido aos aumentos da taxa DI no exercício e aumento do saldo devedor das debêntures de 2ª emissão, que não possui amortizações intermediárias ordinárias.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados neste período:

Pagamentos Efetuados	Juros	Principal	Total Pago
5ª emissão	32.373	48.152	80.525

(a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)

A Companhia possui um saldo nominal de R\$1.125.894 a pagar referente às debêntures subordinadas, que foram integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais.

As debêntures subordinadas vencem em julho de 2022 e não possuem amortizações ordinárias intermediárias de juros e principal. Podem ocorrer amortizações extraordinárias a critério da Emissora. Durante o exercício de 2021, não ocorreram amortizações extraordinárias.

(b) Debêntures de Quinta Emissão

Tendo como referência 31 de dezembro de 2021, a MGI possui um saldo de R\$549.822 a pagar referente à quinta emissão de debêntures. Durante o ano, foram pagas parcelas semestrais de juros e amortização do principal, nos valores de R\$32.373 e R\$48.152, respectivamente.

Vinculados à Quinta Emissão, a Companhia possui contratos de opções flexíveis de compra e de venda sobre ações CMIG4, celebrados para constituição de um instrumento de hedge, a fim de proteger a Companhia das quedas na cotação da ação, que constitui uma das garantias das debêntures. Durante o exercício de 2021, a Companhia pagou o montante de R\$44.532 pela liquidação da quarta e quinta tranches das opções de compra.

Participações Acionárias

A Companhia tem participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG, Codemge e empresas do grupo Gerdau.

Os investimentos em participação acionária proporcionaram receitas de R\$ 116.078 no exercício de 2021, provenientes de juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pelas companhias investidas. Essas receitas apresentaram um aumento de 106% comparado às auferidas em igual período do ano anterior, quando somaram R\$56.429. O significativo aumento foi devido ao crescimento do provento por ação distribuído pela investida Cemig.

Convênios

Durante este exercício, a Companhia deu continuidade ao programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Embora não tenham sido celebrados novos convênios no período, a Companhia vem realizando o repasse de parcelas remanescentes de convênios celebrados em exercícios anteriores, além do foco principal na análise de prestações de contas de convênios encerrados.

A MGI repassou aos convenientes, no exercício de 2021, o montante de R\$7.209 referente a parcelas remanescentes de convênios celebrados em exercícios anteriores e efetuou gastos com publicações oficiais de R\$9. Apurou rendimento do repasse na aplicação financeira realizada pela Conveniente, através da prestação de contas, o valor de R\$1.969. Considerando as devoluções recebidas e efetuadas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que resultaram no valor de R\$4.267 no período, a variação líquida foi positiva em R\$4.920, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.169.201 em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.174.121 em 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2020	Movimentação			31/12/2021
	Saldo inicial	Rendimentos	Devoluções	Repasses / Gastos com Fisc. Monit.	Saldo final
Secretarias					
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.063	124	(70)	-	5.117
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.900	-	-	-	1.900
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.836	227	(930)	-	89.133

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.165	489	(2)	-	14.652
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.	20.041	28	(17)	-	20.052
Secretaria de Estado de Infraest. e Mobilidade – SEINFRA	995.482	1.045	(3.248)	6.141	999.420
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.879	56	-	-	34.935
Sec. Est. Governo – SEGOV	4.235	-	-	1.077	5.312
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	-	3.600
	1.169.201	1.969	(4.267)	7.218	1.174.121

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

O procedimento relacionado à prestação de contas abrange sua apresentação à Secretaria Interviente em até 90 dias após a extinção do convênio pelo fim da vigência. As análises dessas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio e a regularidade dos gastos dos recursos repassados.

As Secretarias Intervientes são responsáveis pela análise prévia das prestações de contas e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) dos objetos conveniados. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o conveniente impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

Concluídas as análises pelas Intervientes, os convênios são encaminhados à MGI para análise financeira conclusiva e julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo, a Companhia, na referência de 31 de dezembro de 2021, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade em 31/12/2020	Quantidade em 31/12/2021	Valor em 31/12/2021-R\$ mil
Convênios Vigentes	264	202	84.081
Vencidos com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	579	646	375.200
Vencidos com prestação de contas em análise na MGI	585	417	667.745
Julgados aprovados ou aprovados com ressalva	83	200	65.787
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	7	7	5.656
Prazo para apresentação de prestação de contas final está suspenso, conforme Decreto 47890/20	3	-	-
Aguardando decurso de prazo para apresentação	-	7	2.565
Em cobrança da apresentação de prestação de contas		42	23.801
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.521	1.224.835
(+) Gastos com Fiscalização, Monitoramento e Publicações			195
(+) Rendimento de aplicação financeira – Repasse aplicado pela Conveniente			2.801
(-) Devoluções Recebidas e efetuadas			(53.710)
(=) Saldo de Convênios em 30/09/2021			1.174.121

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervenientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	31/12/2021	31/12/2020	Variação (%)	Análise Vertical 2021 (%)
Receita de participação acionária	116.078	56.429	106	69
Variação monetária ativa	50.682	46.066	10	30
Recuperação de Créditos	4.051	6.457	(37)	2
Ajuste amortização reconhecimento inicial DCA	2.547	10.450	(76)	2
Prestação de serviços	1.216	1.352	(10)	1
Receitas de vendas de imóveis	143	397	(64)	-
PIS/COFINS/ISS	(5.983)	(3.873)	54	(4)
TOTAL	168.734	117.278	44	100

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$168.374, 44% superior ao exercício de 2020, quando alcançou R\$117.278.

O fator preponderante para o aumento da receita operacional líquida foi a Receita de Participação Acionária da Cemig, que no exercício de 2021 deliberou distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (R\$ 1,18 centavos por ação) expressivamente superiores aos declarados no exercício anterior (R\$ 0,61 centavos por ação). Outra receita que demonstrou aumento no exercício de 2021 foi a variação monetária ativa, com um crescimento de 10% comparado ao exercício anterior, devido principalmente aos recorrentes aumentos da taxa Selic no período em análise.

As demais receitas operacionais apresentaram queda, o que amenizou o aumento ocasionado pela Receita de participação acionária e de Variação Monetária Ativa. Dentre as principais, estão: (i) a redução de 37% nas receitas de recuperação de créditos em liquidação, comparativamente ao exercício anterior; (ii) a receita com amortização do reconhecimento inicial dos direitos de créditos autônomos, que reduziu 76% em comparação com 31 de dezembro de 2020, em virtude do reduzido saldo que resta a amortizar.

Essas receitas representaram, em conjunto, 98% da receita operacional líquida do período.

Custo Operacional

Custo Operacional (R\$ mil)	31/12/2021	31/12/2020	Variação (%)	Análise Vertical 2021 (%)
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	87.991	75.968	16	40
Juros sobre debêntures	82.647	61.638	34	37
Encargos financeiros com opções	44.532	15.412	189	20
Obrigações por repasse	1.753	3.587	(51)	1
Pessoal	2.642	2.945	(10)	1
Serviços de terceiros	649	1.057	(39)	-
Custas judiciais	450	150	200	-
Amortização de custos de transação	405	405	-	-
Custos dos imóveis vendidos	179	280	(36)	-
Demais custos	83	61	36	-
CUSTO TOTAL	221.331	161.503	37	100

O custo operacional totalizou R\$221.331 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, superior em 37% ao exercício anterior, quando atingiu R\$161.503.

O custo mais expressivo foi a amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures que totalizou R\$87.991 no período (R\$75.968 em igual período do ano anterior), representando 40% do custo total. Este custo apresentou aumento de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os juros sobre as debêntures constituem outro custo que frequentemente encontra-se entre os mais relevantes. Representando 37% do custo total, seu valor foi de R\$82.647 no período (R\$61.638 em igual período do ano anterior), apresentando aumento de 34% explicado pelos recorrentes aumentos da taxa Selic ocorridos no exercício de 2021.

Outro custo relevante foi o encargo financeiro com opções, que se refere à liquidação das tranches das opções de compra ocorridas no exercício em análise, totalizando R\$44.532 e representando 20% do custo total. Este custo apresentou aumento de 189% em relação ao exercício anterior, justificado pela alta da ação da Cemig alinhada às distribuições de dividendos e bonificações de ações deliberadas pela Cemig, que acarretaram na redução do preço de exercício. Esse custo corresponde à diferença entre o preço de liquidação da opção em relação ao seu preço de exercício, multiplicado pela quantidade de opções da respectiva tranche, sendo, portanto, impactado pelas oscilações da cotação da ação CMIG4.

Apesar do baixo impacto sobre o custo total, as custas judiciais tiveram um aumento bem expressivo – 200% se comparado ao exercício anterior. Esse aumento aconteceu principalmente devido a reclassificação de risco de perda possível para perda provável, por parte da Assessoria Jurídica da Companhia, de processos judiciais com recursos depositados judicialmente cuja perda no resultado foi reconhecida após essa mudança de situação e da condenação ao pagamento de honorários de sucumbência. A ocorrência desse tipo de despesa é eventual e de difícil estimativa.

Os demais custos foram pouco representativos em relação ao custo total da Companhia.

Resultado Operacional Bruto

A Companhia apresentou resultado operacional bruto negativo de R\$52.597 no exercício de 2021, enquanto no exercício anterior, o resultado foi de R\$44.225, também negativo.

O fator preponderante para o aumento do prejuízo operacional bruto foi o aumento dos custos operacionais em 37%, em virtude, principalmente, do aumento dos encargos financeiros com opções e dos juros sobre debêntures. Os citados custos representam 57% do custo total.

O aumento da Receita operacional líquida em 40%, que teve como fator preponderante a receita de participação acionária, não foi suficiente para compensar os aumentos dos custos operacionais. O elevado valor dos custos da Companhia, principalmente ocasionado pelo custo de amortização do reconhecimento inicial das Debêntures, juntamente com os encargos financeiros com opções e juros sobre debêntures, são responsáveis por recorrentes resultados operacionais negativos.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido aumentou 85,4%, de R\$4.340 em 31 de dezembro de 2020 para R\$8.045 em 31 de dezembro de 2021, em razão, principalmente, do aumento de recursos em aplicações financeiras ocasionado pelo aumento dos recebimentos de créditos autônomos, aliado às elevações da taxa de juros pelo Banco Central.

Os critérios utilizados para alcance dos resultados positivos foram baseados em disciplinado controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos.

LAJIDA e LAJIDA ajustado

LAJIDA (R\$ mil)	31/12/2021	31/12/2020	Δh%
Resultado do Período	83.460	36.555	128%
(+) Despesa de IR e Contribuição Social	4.580	1.894	142%
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(8.045)	(4.340)	85%
(+) Depreciação e Amortização	15	85	(82%)
LAJIDA	80.010	34.194	134%
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	8.103	(47.983)	(117%)
(+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos	(144.181)	(39.913)	261%
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajuste no Reconhecimento Inicial	85.444	65.518	30%
(+) Provisão para Perda em Participações Societárias	(4.855)	(489)	893%
LAJIDA AJUSTADO	24.521	11.327	116%

(a) LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de

outubro de 2012. A MGI apurou, em 31 de dezembro de 2021, LAJIDA positivo de R\$80.010. No exercício anterior, o indicador foi positivo também, no valor de R\$34.194.

(a) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos efeitos abaixo, que não afetam a geração de caixa da Empresa:

- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis, aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações e à renegociação da carteira de direitos de crédito autônomos;
- *Impairment* dos direitos de crédito autônomos (perda na recuperação de direitos creditórios).
- Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.
- Provisão para perda em participações societárias.

Apurou-se LAJIDA ajustado positivo de R\$ 24.521 em 31 de dezembro de 2021. No exercício anterior, esse indicador também foi positivo em R\$ 11.327.

Portanto, percebe-se que no exercício de 2021, excluídos os impactos das receitas e despesas que não afetam a geração de caixa, o lucro líquido apresentado foi reduzido tanto no conceito de LAJIDA como no de LAJIDA ajustado. O mesmo ocorreu no exercício anterior.

Resultado Líquido

O fator preponderante para o lucro líquido no valor de R\$83.460 auferido pela Companhia está relacionado a fatores mercadológicos, principalmente relacionados aos investimentos na CEMIG. Esse resultado ainda foi influenciado pelo impacto financeiro da COVID-19 na economia, embora em menor intensidade em comparação com os impactos observados no exercício anterior.

Conforme se verifica no LAJIDA e LAJIDA ajustado, o lucro auferido no período deveu-se, em certa medida, à reversão de *impairment* dos direitos creditórios autônomos, sendo que esse resultado não afeta o caixa. A reversão de *impairment* dos direitos creditórios autônomos está vinculada à operação da cessão onerosa de carteira de créditos do Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda e sua variação deriva de variáveis exógenas à Companhia.

5. GESTÃO DE PESSOAS

Um dos pilares da MGI é seu o capital humano, o qual mesmo com os desafios atuais tem se empenhado para que as atividades da empresa mantenham sua excelência. A grande integração dos mercados mundiais, associada às grandes demandas e exigências impostas na conjuntura econômica atual, tornam ainda mais necessária a valorização dos recursos humanos empregados nas atividades da MGI, sendo ainda mais importante cultivar o grande potencial observado no capital humano da empresa.

Há de se destacar a inesperada crise enfrentada pela pandemia da COVID 19, que ocasionou uma mudança obrigatória nas relações de trabalho. Inicialmente, um plano de contingência foi elaborado visando à proteção da saúde de seus colaboradores e buscando manter suas atividades operacionais e administrativas em pleno funcionamento. Aderindo às recomendações do Comitê Extraordinário COVID-19, instituído pelo Governo do

Estado de Minas Gerais, a Companhia implementou gradativamente o regime de teletrabalho para os seus colaboradores a partir de 16 de março de 2020, com gradual adesão, a começar pelos grupos mais vulneráveis ao risco. Atualmente, 70% dos colaboradores estão em regime de teletrabalho. Todavia, dadas as ações administrativas, empregando todos os recursos e tecnologias factíveis disponíveis, a empresa continuou com suas atividades sem prejuízo da qualidade.

Incontestavelmente, a nova conjuntura de trabalho em home office, decorrente da pandemia do COVID 19, impôs ao grupo muitas questões antes não enfrentadas. Alguns desafios foram encontrados desde o início desta crise de saúde, como a questão estrutural, na qual destaca-se a necessidade de computadores e equipamentos básicos de acesso aos empregados, bem como o acesso à internet por parte dos colaboradores para a execução dos serviços. Outra questão enfrentada foi o controle de tempo de trabalho e produtividade, acompanhadas de questões pessoais como disciplina e compromisso. A empresa se mostrou ágil na resposta a estas questões. A administração da MGI conseguiu equipamentos necessários e aplicou técnicas de controle de produtividade de pessoal bastante efetivas. Assim, a Companhia conseguiu manter para o grupo de funcionários estrutura, estímulo, engajamento e segurança para transpor esta fase desafiadora para todos.

Treinamentos, seminários relativos à ética e clima organizacional foram estratégias de atuação para a já conhecida gestão orientada para resultados abordada pela empresa, buscando aproveitar o novo contexto de uso de mais ferramentas remotas, visando a resultados mais efetivos.

Ademais, neste ano desafiador de 2021, para a Administração da MGI, o compromisso, empenho, integração e dedicação dos funcionários da empresa foram os pontos primordiais para chegar aos resultados operacionais positivos, o que deve ser valorizado e ressaltado.

6. ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar às informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei - que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 - estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam aos pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012, o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipart.com.br, de forma objetiva e em linguagem acessível. O cidadão que buscar outras informações além das disponíveis no site poderá solicitar por meio do Fale Conosco ou pelo e-Sic - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão.

7. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Brasil, Bolsa e Balcão – B3, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos das normas emanadas pela CVM, foi atualizada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29/06/2018.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo “Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE” e pelo Programa “Empresas Net”, ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014, a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e em sua página na internet: www.mgipart.com.br.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa da MGI está alinhada com os princípios e exigências emanados pela Lei Federal nº 13.303/2016, conhecida como “Lei das Estatais”. As principais instâncias que compõem a estrutura de governança da Companhia são:

- Assembleia Geral de Acionistas;
- Conselho Fiscal;
- Conselho de Administração;
- Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) – órgão de assessoramento do Conselho de Administração;
- Diretoria Executiva;
- Auditoria Interna – vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do COAUD;
- Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos – instância responsável, entre outros assuntos, pela verificação de cumprimento de obrigações, conformidade de procedimentos e de gestão de riscos

Em consonância com o seu Programa de Integridade, a MGI busca continuamente fortalecer a cultura de ética e a integridade na Companhia, norteando todos os negócios e relações com todos os stakeholders com base nos seguintes pilares:

- Governança e comprometimento da alta administração;
- Planejamento estratégico, gestão de riscos e controles internos;
- Código de Conduta, políticas e procedimentos;
- Due diligence nas relações com terceiros;
- Gestão de pessoas, comunicação e treinamento;
- Prevenção de nepotismo e conflito de interesses;

- Canal de ética;
- Transparência ativa e passiva;
- Monitoramento e aprimoramento.

No exercício de 2021, por meio de comunicação institucional recorrente e diversificada, a Companhia promoveu a disseminação de conhecimento e conscientização dos seus colaboradores sobre os pilares do Programa de Integridade e assuntos correlatos. Apesar do distanciamento social, a Companhia realizou sua 3ª Semana da Integridade, de forma totalmente digital, com diversas informações, palestrantes convidados, atividades e premiações para engajar seus colaboradores.

O Programa de Integridade, juntamente com os códigos, políticas e regulamentos correlatos, bem como o Relatório Integrado e a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, estão disponíveis no sítio eletrônico da Companhia.

Com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº: 13.709/2018), que estabelece diretrizes importantes e obrigatórias para a coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais, a MGI instaurou, em janeiro de 2020, uma Comissão para a implantação da LGPD na Companhia e, subsequentemente, para assegurar o seu cumprimento. Todos os contratos e editais da companhia foram adequados à lei.

A Companhia entende que as boas práticas de governança corporativa transcendem o mero atendimento a obrigações legais para agregar grandes melhorias de gestão e transparência. Com esse pensamento, a Administração busca melhorar continuamente suas práticas de governança, como uma forma de agregar valor para os acionistas, clientes, investidores, funcionários e demais partes interessadas.

9. AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a prestação de outros serviços.

10. AGRADECIMENTOS

A Diretoria da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o período em análise e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores.

Belo Horizonte, 16 de março de 2022

A Administração